

Acompanhamento Psicossocial de adolescentes: uma metodologia inovadora no enfrentamento da exploração sexual

Lumena Celi Teixeira*
Elisabete Borges de Novaes*

Apresentar a metodologia de intervenção que vimos desenvolvendo no CAMARÁ¹ não é tarefa fácil. Em primeiro lugar porque é uma metodologia em construção, objeto de reavaliações sistemáticas pela equipe, sempre a nos revelar desafios que exigem mais e mais reflexões, estudos e pesquisas, visando promover uma qualificação permanente dessa prática.

Em segundo lugar porque se trata de uma metodologia inovadora em projetos sociais, já que traz em sua história a marca de uma clínica psicológica originalmente focalizada no trato das psicoses e neuroses graves, resignificada a partir de uma leitura psicossociológica da condição de risco e de vitimização social de crianças e adolescentes na sociedade brasileira.

Essa tarefa, portanto, exige a explicitação de certos conceitos e pressupostos, de maneira que se possa atribuir sentido à metodologia por nós desenvolvida e localizá-la num determinado campo de conhecimento. A explicitação do paradigma no qual se ancora uma prática possibilita a compreensão sobre quais as formas ou mecanismos utilizados ao pensá-la e significá-la, além de revelar qual a visão de mundo e o sentido atribuído às relações que se estabelece com esse mundo. Cada paradigma, mesmo implicitamente, possui ainda uma dimensão ética. Imprescindível identificá-la, e a seus fundamentos, para que se possa ter clareza quanto aos valores que permeiam tal leitura da realidade, bem como quanto aos objetivos e diretrizes inerentes à práxis dali derivada.

Nesse sentido, consideramos que as práticas psicológicas devem ter como finalidade a emancipação do ser humano, a criação de oportunidades para que este seja ou torne-se sujeito. Aquelas que se dizem "neutras", se não estiverem direcionadas a esse fim é muito provável que estejam servindo a propósitos contrários, de ocultação da realidade e manipulação das consciências, reafirmando relações de dominação, inerentemente desiguais e injustas.

¹ *Centro CAMARÁ de Pesquisa e Apoio à Infância e Adolescência* é uma organização não governamental com sede em São Vicente, na Baixada Santista, litoral do estado de São Paulo. Fundado em 1997, adota como missão institucional a tarefa de olhar para o cidadão adolescente considerando sua condição peculiar de desenvolvimento e a complexidade de seu lugar social, empreendendo ações geradoras de autonomia e desenvolvimento psicossocial. Seu objetivo maior é favorecer a inclusão e participação dessa pessoa na rede social ampliada, a partir do reconhecimento de seu lugar social como sujeito desejante e de direitos. Estrutura-se em três núcleos, que funcionam articuladamente: o Núcleo de Pesquisa, que oferece também atividades de capacitação profissional; um Núcleo Psicossocial para acompanhamento dos jovens e suas famílias; e um Núcleo de Cultura, coordenado em sistema de co-gestão com os jovens, que através de atividades educativas e de arte-educação, fomenta a participação consciente e cidadã desses jovens na instituição e na comunidade.

No CAMARÁ adotamos uma prática ancorada em leituras complexas da realidade, concebendo a constituição do sujeito num processo sócio-histórico de contínuas trocas intersubjetivas. (Vigotski, 1996)

"O homem é concebido como a síntese de múltiplas determinações, cuja subjetividade é construída material e historicamente. Trata-se de ir além da noção de mera influência dos aspectos sociais no processo psicológico de cada ser humano, mas de conceber a constituição do sujeito sempre sob determinadas condições sociais, portanto materiais, e sempre como resultado da atividade de gerações anteriores, portanto histórico." (ref. Vigotski in Teixeira, 2003, p.106)

Em contraposição à perspectiva do essencialismo e do caráter universal na concepção de sujeito, pensamos o psiquismo considerando os modos singulares de inserção dos sujeitos na cultura, concebendo sua constituição a partir dessa pluralidade. No entanto, esse processo de constituição da subjetividade não se apresenta como uma expressão direta do mundo material que se impõe de fora, mas a síntese entre o novo que se experimenta e os conteúdos subjetivos já configurados até então. Imerso em sua cultura e em suas mais diversas relações sociais, entendemos que o ser humano segue permanentemente produzindo novas configurações subjetivas, a partir das experiências materiais e das relações que estabelece com os outros.

Os processos de subjetivação diferenciam-se a partir de cada contexto histórico específico, já que tais contextos produzem uma experiência subjetiva singular, pré-configurando nossos modos de pensar, agir e sentir. Os processos de subjetivação expressam, portanto, determinados valores que marcam nossa constituição histórica, e que orientam tanto nossos modos de existência — a ética — quanto nossas estratégias de produção de conhecimento — os paradigmas. (Silva, 2003)

Essas colocações marcam o campo de uma psicologia social crítica, comprometida com uma perspectiva emancipatória em suas práticas, cuja contemporaneidade nos coloca importantes desafios. Além da produção de reflexões teóricas que ofereçam substrato para maior compreensão sobre os processos psicossociais desse sujeito sócio-histórico, o desenvolvimento de práticas implicadas com o empoderamento dos sujeitos tem legitimado a intersecção com outros campos das ciências humanas, e exigido uma reavaliação permanente dos métodos e estratégias utilizados, visando maior eficácia. Nessa perspectiva amplia-se o objeto de intervenção do psicólogo, que passa a abarcar aspectos da vida concreta cotidiana e seus efeitos na configuração de subjetividades, ao mesmo tempo produzidas e realimentadas no entrelaçamento das relações institucionais e comunitárias estabelecidas entre os indivíduos.

"Para se contribuir com uma vida psicológica mais saudável, é necessário que o trabalho a ser desenvolvido ultrapasse a esfera do individual e do particular, ao mesmo tempo em que adquira uma perspectiva de apreensão da realidade — em sua totalidade e em sua concretude histórica — podendo então apreender a vida concreta das pessoas. Fazer isto, na especificidade do trabalho das práticas psicológicas, significa atuar dentro de uma perspectiva da psicologia social, em uma visão sócio-histórica, junto às relações que são travadas na esfera do

cotidiano, eliminando-se posturas reducionistas, psicologizantes e a-históricas sobre os processos psicossociais." (Freitas, 2002, p. 76)

Segundo essa mesma autora há dois elementos presentes e intrínsecos à própria dinâmica do trabalho comunitário: em primeiro lugar, a detecção e compreensão da dimensão sócio-política da ação humana e as repercussões psicossociais — ou significados — dessa ação, seja para o psicólogo comunitário, seja para a comunidade. Em segundo, o fato de que a natureza do comprometimento político e social do trabalho de intervenção psicossocial nos remete a identificar que impactos e retornos este tipo de prática tem produzido e para quais setores da população e dos participantes. (Freitas, 2003)

A práxis construída nos trabalhos comunitários deve produzir impactos psicossociais na vida cotidiana das pessoas, implicando-as em processos de politização e de participação coletiva voltados aos interesses comuns. Para tanto a Psicologia Social Comunitária, cujo papel tem sido o de educar e politizar, tem promovido a construção de sujeitos coletivos como atores da transformação social, a partir da conscientização advinda da atribuição de sentido às suas relações cotidianas imediatas. Nessa medida, estratégias como as da educação popular e da pesquisa participante têm sido importantes catalizadores dos processos de conscientização.

Apresentamos aqui o Acompanhamento Psicossocial desenvolvido pelo CAMARÁ também como uma estratégia capaz de provocar resignificações da vida concreta cotidiana, utilizada principalmente junto a adolescentes e jovens cuja vulnerabilidade social impossibilita uma inserção imediata e/ou vinculação a espaços grupais e coletivos. Trata-se de uma prática promotora de autonomia, desenvolvida na perspectiva de provocar consciência crítica não só ao sujeito acompanhado, mas aos diferentes atores sociais envolvidos em cada situação específica.

Mas, antes, alguns esclarecimentos quanto ao nosso entendimento a respeito da adolescência, exploração sexual, situação de risco e extremo risco social.

Concebemos a adolescência não como um período *natural* do desenvolvimento, mas como uma representação, enquanto fato social e psicológico, consoante à constituição sócio-histórica do psiquismo humano. Nessa perspectiva, ao nos referirmos à adolescência em situação de risco na sociedade brasileira, é preciso considerar e explicitar os fatores históricos e sociais que produzem essa condição, buscando estabelecer conexões significativas entre os diversos determinantes da produção social desse fato (Teixeira, 2001). Tal perspectiva epistemológica confronta o uso moralizante e normatizador de conceitos "científicos" que culpabilizam o indivíduo por sua situação social, os quais terminam legitimando relações de poder apoiados no princípio de uma suposta neutralidade científica.

A adolescência adquiriu diferentes configurações no decorrer da história das civilizações, mas a concepção moderna funda-se no pressuposto de que crianças e adolescentes são pessoas em desenvolvimento, portanto objetos de proteção especial, e sujeitos de direitos. Apesar de ter sido adotada como paradigma oficial na definição de normas legais em âmbito internacional, esta concepção não vem se efetivando no que se

refere às populações de baixa renda. Na sociedade brasileira, marcada por graves desigualdades sociais e contradições entre o instituído e a letra da lei, a *proteção integral* de nossa população infanto-juvenil ainda é tema de mobilizações e lutas sociais, em busca da garantia de uma cidadania de fato. É neste cenário ambivalente, entre o conceito normatizado e o desrespeito institucionalizado, que localizamos o fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes.

A violência sexual, que inclui o abuso e a exploração, manifesta-se de forma complexa, apresentando dimensões que precisam ser compreendidas articuladamente. Deve-se considerar aspectos sociais, culturais, econômicos, históricos, políticos, jurídicos e éticos de nossa sociedade, bem como a diversidade cultural existente no país, que determina diferenças na forma de manifestação do fenômeno em cada região.

A sociedade brasileira apresenta uma estrutura perversa de desigualdades, constituída não apenas pela dominação de classes, mas também pela de gênero e raça: a grande maioria das vítimas de exploração sexual é pobre, do sexo feminino, negra ou mulata. Historicamente, essa sociedade é marcada também pela relação de autoritarismo entre adultos e crianças, reflexo de uma compreensão autoritária do pátrio poder. A violência sexual manifesta-se portanto como produto de relações sociais construídas de forma desigual, que desprezam o lugar de sujeito de direitos garantido pelo ECA às crianças e adolescentes de nosso país. (Teixeira, 2001)

A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é uma forma de violência sexual que se caracteriza pela obtenção de vantagem ou proveito, por pessoas ou redes, a partir do uso do corpo dessas crianças e adolescentes, com base numa relação mercantilizada e de poder.

“...implica o envolvimento de crianças e adolescentes em práticas sexuais, através do comércio de seus corpos, por meios coercitivos ou persuasivos, o que configura uma transgressão legal e a violação de direitos e liberdades individuais da população infanto-juvenil.” (Leal, 1999, p. 23)

Importante ressaltar que o fenômeno não ocorre somente nos setores mais empobrecidos da população, perpassando todas as classes sociais. O que difere, em função dos extratos sociais, é a visibilidade e o controle social exercido sobre a questão.

A exploração sexual comercial de meninos, meninas e adolescentes é compreendida através de quatro modalidades: prostituição infanto-juvenil, pornografia, turismo sexual e tráfico. Apesar de apresentar diferenças significativas em suas formas de manifestação, em função da região do país, segundo Vaz as causas da exploração sexual de crianças e adolescentes estão associadas, hoje, “à pobreza, ao abuso sexual, ao gênero, à raça/etnia, ao turismo-sexual, à mídia e à hierarquia etária.” (1997, p.19) São fatores de ordem estrutural que sustentam a condição de violação de direitos à qual crianças e adolescentes, em sua grande maioria do sexo feminino, estão submetidos.

Esta situação se configura como *vitimização* dessas jovens, já caracterizada pela condição de violência estrutural e em particular pela violência sexual. Desse ponto de vista, e considerando o fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes em

sua complexidade psicossocial, defendemos a designação *prostituída*, na voz passiva, como expressão desse lugar social marcado pela desigualdade e pela violação de direitos. Paralelamente, ao desenvolvermos uma prática comprometida com a singularidade de cada processo individual, legitimamos as construções subjetivas particulares que cada uma dessas meninas configura a partir desse contexto social adverso.

Desenvolvido pelo CAMARÁ desde 1999, o *Projeto As Meninas*², referido ao Plano Nacional Contra a Violência Sexual Infanto-Juvenil, compõe-se de ações preventivas junto a meninas em situação de risco, atendimento especializado junto a meninas em extremo risco e exploração sexual, realização de pesquisa e sistematização de metodologias.

No estudo que realizamos visando identificar o perfil psicossocial das 50 meninas atendidas pelo projeto no período entre 2001-2002, publicado sob o título *Pegadas e Sombras* (Teixeira, 2002), indicamos uma diferenciação entre risco e extremo risco social, referida ao grau de vulnerabilidade, o qual identificamos avaliando os seguintes fatores:

Com quem vive: A menina mora com familiares? Com amigos da mesma faixa etária? Com estranhos? A menina já saiu de casa? Está na rua? Onde mora?

Família: Qual o grau de fragilidade das relações familiares? A família exerce seu lugar de autoridade? A família responde aos convites do projeto? A menina tem filhos? Quem cuida deles?

Renda: Qual o seu nível de pobreza? Tem atividades de geração de renda? Como garante a sobrevivência?

Relação com a escola: Está matriculada? Com que frequência a menina vai à escola? Está fora da escola e não se interessa em voltar?

Saúde: A jovem faz uso de drogas? Em que grau? Apresenta problemas de saúde? De que gravidade?

Socialização: Quem são seus amigos? Que lugares frequenta? A menina exerce liderança no grupo? De que tipo?

Relação com a lei: A menina praticou ou pratica atos infracionais? Tem passagens pela polícia? Pelo Conselho Tutelar? Pela Vara da Infância e Juventude?

Ali esclarecemos ainda que a situação de risco ou de extremo risco, sendo uma questão de grau, é também circunstancial. Essa classificação, portanto, não deve servir para delimitar grupos estanques, mas para suscitar as metodologias de atendimento mais adequadas a determinado momento de vida daquela menina. A avaliação da condição de risco de cada jovem deve ser constante, de maneira a nortear o projeto de atendimento formulado para cada caso. Quando o grau de risco pessoal ou social aumenta (extremo risco), e com ele a vulnerabilidade à violência sexual, há que se intensificar as ações de Acompanhamento Psicossocial, de maneira a oferecer maior suporte para sua superação.

² Com o apoio do *Instituto WCF-Brasil*, através do *Projeto As Meninas* temos oferecido atividades coletivas como dança do ventre, coral, costura e estamparia de tecidos, artesanato em velas e sabonetes, chocolate caseiro; participação em eventos de formação e nos espaços para discussão de políticas públicas; atendimento familiar e acompanhamento psicossocial; atividades de capacitação a profissionais da rede e pesquisa qualitativa.

A METODOLOGIA DO CAMARÁ

Por compreendermos a constituição da subjetividade em um processo dialético com o mundo material, não circunscrevemos nossa ação apenas ao atendimento direto dos jovens participantes. Além de focalizar e trabalhar suas dificuldades em circular nesse mundo, em ocupar novos e diversos lugares sociais, assumimos também como tarefa fomentar a transformação de determinados aspectos desse mundo.

A realidade social na qual esse jovem está inserido lhe dedica um certo lugar, que por sua vez é matéria prima para a constituição de sua auto-imagem. Como a sociedade já lhe reserva lugares previamente determinados, uma transposição efetiva de tais limites dificilmente se opera a partir de um atendimento psicológico *strictu sensu*. Nos ocupamos também com essa sociedade, representada por suas instituições, seus grupos, suas construções simbólicas e suas leis. Nos interessa, além da apreensão dos significados sociais que alimentam a subjetividade de nossos jovens, poder interferir nesse jogo de forças reprodutor de ideologias e determinações sociais.

Promover o desenvolvimento psicossocial de um jovem em situação de risco, considerando indissociável o papel da sociedade, exige a produção de estratégias de intervenção que ultrapassem *settings* terapêuticos clássicos. Incorpora-se práticas de outros campos, promovendo, na verdade, uma prática transdisciplinar. Na busca de apresentar respostas frente à complexidade do real e à complexidade de nossa tarefa, buscamos interfaces com diversos campos do saber, fragmentados pela nossa cultura funcionalista. A psicologia, apartada das outras ciências humanas, não nos basta enquanto ferramenta de trabalho para esta tarefa. Nos aproximamos da Pedagogia, da Antropologia, do Direito, da Política.

Seguimos trabalhando com o sujeito singular, seguimos oferecendo “atendimento”. Mas na forma de um Acompanhamento Psicossocial que muitas vezes apóia-se em práticas psicopedagógicas, com o objetivo claro de fomentar autonomia e consciência social.

Lograr a inclusão social desses jovens, objetivo geral de todos os projetos desenvolvidos pelo CAMARÁ, é tarefa árdua e complexa. Sua condição de risco é realimentada a partir de um script marcado pelos significados que o próprio jovem atribui aos elementos de sua realidade. Romper esse ciclo na maioria das vezes exige nossa atuação profissional em espaços diversos, todos produtores de subjetividade, na busca de resignificar essas experiências e ampliar as possibilidades de produção e circulação do desejo desse jovem no mundo.

Fomos buscar referências na clínica do *Acompanhamento Terapêutico* a qual, acreditamos, possui uma potência analítica capaz de produzir desdobramentos em mais de uma direção, uma vez que se trata de uma clínica implicada com o sujeito e suas ações no mundo. O *Acompanhamento Terapêutico* tem como precursores o *movimento antipsiquiátrico* e a *psicologia institucional* que surgiram a partir da década de 50 na Europa e Estados Unidos. Seu surgimento, portanto, está ligado às novas concepções da psiquiatria e da psicologia que passaram a considerar a exclusão social como um dos

fatores de intensificação da doença mental.

Buscando fazer uma transposição do campo da saúde mental para o campo social da adolescência em situação de risco, utilizamos essa estratégia para acompanhar nossos jovens em situações de seu cotidiano, buscando produzir novas conexões deste sujeito com sua realidade a partir da problematização, reflexão e consequente resignificação de aspectos desse cotidiano.

Os acompanhamentos geralmente são marcados por uma atividade que promova algum tipo de movimento, de abertura, de contato. São realizações compartilhadas, de algo que naquele momento faça sentido para o jovem acompanhado: fazer alguma compra, matricular-se na escola, fazer um passeio, ir ao médico ou ao dentista, estudar e fazer trabalhos escolares, conversar com professores, promover uma festa (aniversário, chá de bebê), arrumar o quarto recém alugado, visitar a família, enfim, o Acompanhamento Psicossocial se caracteriza pela atuação do profissional na interface entre o sujeito acompanhado e a multiplicidade de espaços nos quais este circula. É uma prática que se deixa afetar pelas características do espaço onde acontece.

O profissional oferece sua presença, sua escuta atenta, seu olhar crítico. Provoca reflexões a partir de situações reais, instigando o jovem acompanhado a experimentar novas possibilidades de enfrentamento de antigas questões, a resignificar experiências a partir de um outro olhar, este que é produzido no jogo da intersubjetividade. Ou, ainda, provocando inquietações onde não havia, fomentando a construção de novos desejos a serem traduzidos em novos desafios.

Uma vez que sua história pessoal passa a fazer sentido para mais alguém — o acompanhante, o jovem se fortalece para recriar cenas de seu cotidiano, sustentado por esse encontro, pela implicação do profissional que se faz presente ali na cena. Trata-se de uma prática de construção de pequenos acontecimentos, que resultam em novas configurações de subjetividade, refletindo transformações na relação desse sujeito com sua realidade.

Além dessa estratégia de intervenção — o *Acompanhamento Psicossocial* — fomentamos, no CAMARÁ, a participação dos jovens em diferentes atividades grupais. Estimula-se uma participação ativa em espaços coletivos diversos, seja a partir da atuação em comissões, participação em assembleias e fóruns, em atividades artístico-culturais, intercâmbio com jovens de outras instituições, ou no processo formativo de agentes multiplicadores. Essas ações colocam o sujeito como ator principal no processo de seu desenvolvimento, vivenciando e exercendo sua cidadania, o que pode ser traduzido como promoção de uma *participação juvenil ativa*. Consideramos que por meio desse tipo de ação o jovem amplia as possibilidades de expressão consciente de seu ser no mundo, aumentando sua capacidade de interferir, de forma ativa e construtiva, em seu contexto: seja familiar, escolar ou comunitário, o que, em última instância, é o objetivo primordial do CAMARÁ.

Os jovens frequentadores de nossos projetos são, portanto, permanentemente estimulados a ocupar uma posição ativa também junto à instituição. No decorrer dos processos de acompanhamento busca-se a formulação de um projeto pessoal, que possa

ampliar as perspectivas de vida e de futuro, e tenta-se oferecer condições para seu desenvolvimento. Dessa maneira, é o desejo de cada participante e o compromisso com o próprio desenvolvimento que direciona a criação de novos projetos, oficinas ou atividades.

Em paralelo ao cuidado dedicado aos jovens, buscamos também cuidar da equipe. Articulando teoria e prática, os profissionais do CAMARÁ mantêm espaços permanentes de reflexão, estudos de casos, troca de experiências e formação, buscando garantir a qualidade e amplitude do trabalho e, ainda, a sistematização de suas metodologias de ação. Desenvolve-se *pesquisa aplicada* como sustentáculo dos processos de intervenção, iluminando o campo de análise, estabelecendo referenciais teórico-metodológicos e qualificando o trabalho de atendimento. Buscamos, ainda, colaborar com a qualificação dos profissionais da rede de atendimento, através de seminários, cursos e exposições dialogadas.

Atuamos fortemente em espaços de formulação de políticas públicas, buscando colaborar para a efetivação dos princípios estabelecidos pelo ECA em suas diversas interfaces com a sociedade. O CAMARÁ integra os conselhos participativos de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente, desenvolvendo ações de articulação da rede e de questionamento da efetividade das políticas públicas.

É, pois, a partir destes três eixos estratégicos — atendimento direto, atuação política, pesquisa e formação — que temos desenvolvido o trabalho com adolescentes e jovens em situação de risco social e pessoal, no contexto de uma Psicologia Social Comunitária. Uma caminhada que já nos aponta alguns acertos, mas que permanentemente nos apresenta grandes desafios.

ALGUMAS CENAS DE ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL

O acompanhamento psicossocial que propomos é um entrelaçamento de compromissos com a clínica, com a educação, com a cidadania e com a ética da solidariedade. É uma estratégia que requer do profissional forte empenho em estabelecer uma presença intensa e de qualidade, dispondo de muita atenção ao processo subjetivo da adolescente e ao coletivo ao qual faz parte.

O profissional necessita de um olhar ampliado que contemple as relações e a multiplicidade das vivências nas esferas cultural e social, tratando a realidade não como um cenário estático, mas como base para construir as possibilidades de movimento do sujeito no mundo.

“Se cada pessoa é produto das relações que estabelece com o mundo, mediante o significado que atribui às suas experiências particulares, ao buscarmos compreender a subjetividade é preciso considerar as condições concretas da vida dessa pessoa. Por isso empreender uma análise dialética, relacionando a expressão subjetiva ao contexto na qual é produzida, que é sempre social e histórico.” (Teixeira, 2002)

Com esta preocupação, trabalhamos não apenas com as representações do acompanhado, os sentimentos, inquietações e pontos de vista verbalizados, mas também a partir de suas atitudes, expressas em diversos contextos onde o acompanhante se faz presente. Quando suas atitudes são trazidas à luz da reflexão, podem ser problematizadas e resignificadas a partir da sua própria história, interferindo na configuração da sua subjetividade.

Entendemos atitude como disposição interna de enfrentar uma situação, como maneira de proceder em certas conjunturas, expressa inclusive pela postura corporal que se revela numa linguagem própria.

Esta leitura compartilhada de representações e atitudes possibilita à adolescente a percepção crítica do seu lugar social, o reconhecimento da sua própria imagem, dos padrões de relações afetivas que estabelece, como também a construção de percursos mais cuidados e organizados de se viver.

Para exemplificar, lembramos de uma cena de acompanhamento:

- A adolescente Flávia, de 16 anos, fugiu de casa e permaneceu na rua por vários dias. Foi trazida ao Camará por duas jovens e após conseguirmos uma casa abrigo, começou a frequentar nosso projeto. Enquanto buscávamos subsídios para diagnosticar com precisão sua situação e entender a dinâmica familiar, Flávia conseguiu aproximar-se de algumas atividades educativas por ter construído um vínculo de confiança com os acompanhantes. Na relação com os outros jovens demonstrava desconfiança, impulsividade e até arrogância. Ao participar de um lanche coletivo, Flávia disparou uma tensa discussão com seu jeito provocativo, o que poderia levar a agressões físicas. A acompanhante interferiu rapidamente e, ao resolverem o conflito, conduziu a adolescente para uma sala com o objetivo de conversarem, avaliando ser necessário dispor de um espaço mais protegido, pois Flávia ainda não tinha condições de entender o processo daquele grupo. Ainda encontrava-se auto-referida, com poucos recursos para sustentar uma discussão mais problematizada da situação ocorrida. A acompanhante verbalizou as atitudes observadas: impulsividade, tom de voz agressivo, dificuldade em ouvir o outro e enxergar outros ângulos da questão, postura imatura que visava apenas o seu desejo e que também provocava ações auto-destrutivas. Durante o diálogo a adolescente se permitiu falar do seu sentimento de rejeição, de insegurança e recordações de experiências de violência. Demonstrou a sua fragilidade tanto nas relações familiares como nas ruas e o seu jeito em mascarar-la: uso de drogas, namoros superficiais, atitudes agressivas, sentimento de não pertencimento, pouca tolerância frente às frustrações, fugas constantes, desejo em romper a relação com a mãe adotiva.

Perceber que suas atitudes, dificuldades e sofrimento psíquico caracterizavam sua condição de extremo risco, nos propiciou realizar interlocuções com profissionais da Vara da Infância e Juventude e do Abrigo, contatos telefônicos com os familiares (moravam em outra cidade), reunião com a mãe, acompanhamento à adolescente em consulta clínica, exames médicos, avaliação psiquiátrica e em momentos singulares de resgate da sua história. Nesse caso o desfecho foi que Flávia retornou à família, chegando em sua casa com dois acompanhantes, levando postais, fotos, dedicatórias e recordações de várias pessoas do Camará. Pais, irmãos e cunhado esperavam para

conversar sobre as expectativas e os sentimentos causados pelas fugas. A atitude de Flávia pôde ser vista não mais como rebeldia e sim como sintoma, apontando para cuidados necessários no campo da saúde mental. Foi possível conhecer o cachorrinho de que tanto falava, experimentar o bolo que ela adora, o quarto onde dorme, a irmã que possui uma deficiência física, a cor azul dos olhos do irmão que ela sempre comentava, a casa que está inacabada, o cunhado gentil que ofereceu carona. Flávia é tudo isso, uma menina cheia de histórias. Planejou-se um fluxo de atendimento e proteção à adolescente, que incluiu atendimento no serviço de saúde mental da região, escola, atividades culturais, atendimento familiar com psicólogo do Fórum local e outros cuidados e responsabilidades compartilhados por todos, inclusive por Flávia. Foi um daqueles atendimentos domiciliares difíceis de esquecer.

Esta cena retrata a tarefa do acompanhamento psicossocial em articular as representações subjetivas com as atitudes, seja em espaços educativos, nas oficinas, no contexto familiar ou a partir de algum acontecimento em espaço público, possibilitando dessa maneira uma percepção mais abrangente sobre o sujeito.

É importante esclarecer que o acompanhante não oferece apenas escuta atenta, acolhimento e condições para o auto-conhecimento, mas também auxilia a jovem a escapar da aleatoriedade social, do estado de espectadora para a construção de uma atitude participativa. Em alguns momentos, ele empresta conscientemente sua autonomia para dar visibilidade a questões importantes do processo da jovem. Isto significa explicitar de várias maneiras sua condição também de educador, de cidadão e de profissional implicado no enfrentamento às graves questões que afetam a juventude brasileira.

Nessa relação são preservados a singularidade do acompanhado e o sigilo do seu processo, mas o profissional não se coloca como uma figura supostamente neutra, este deve ter consciência do inevitável processo de expressar seu próprio olhar com relação ao mundo.

Podemos refletir sobre outras duas cenas:

- A jovem Sandra e a acompanhante estavam no corredor de um Pronto Socorro público, esperando consulta médica, já que sua mãe não conseguiu ainda ocupar seu lugar de autoridade e proteção, demonstrando dificuldades em assumir alguns aspectos do seu papel materno. Ao presenciarem uma atitude de desrespeito e de autoritarismo por parte da médica em relação a outros pacientes, estes totalmente submissos e alijados de seus direitos, a acompanhante realizou uma intervenção, verbalizando sua indignação frente ao descompromisso social e ético da profissional, exigindo outro médico para atender Sandra. A exigência de um atendimento digno trouxe para a jovem a reflexão sobre o seu valor enquanto cidadã, a possibilidade de reivindicar seus direitos e sentir-se um sujeito e não apenas um paciente à mercê de uma instituição.

- A jovem Estela já participou de conferências dos direitos da criança e do adolescente e de várias discussões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, presenciando também a equipe técnica defender e promover os direitos dessa camada social em alguns locais da comunidade. Estela já vivenciou diversas situações de violência, mas

por receber constante apoio através do acompanhamento encontra-se emocionalmente mais fortalecida, seja em suas experiências particulares ou em espaços coletivos. Procurou um Posto de Saúde e foi proibida de realizar consulta ginecológica por ter 15 anos e não estar junto com seu responsável, mesmo já sendo mãe. A mesma expressou sua indignação e tomou providências coerentes para ser atendida, relatando possuir plena capacidade de cuidar de sua saúde e vida sexual. Isso faz pensar sobre a construção da sua autonomia, pois há tempos atrás Estela era muito tímida e frágil, hoje já pode sozinha dispor de recursos internos para resolver questões que requerem uma atitude mais segura e autônoma.

O acompanhamento psicossocial permite grande flexibilidade no contato e oferece disponibilidade para que a adolescente possa se reconhecer enquanto um sujeito desejante e questionar como está lidando com o seu desejo. É tarefa desta dupla cuidar do processo subjetivo da jovem, produzir aberturas, conexões e ressignificações sobre a realidade na qual ela está inserida. Tem a responsabilidade de criar condições para que possa olhar mais profundamente para si própria, para suas atitudes, comportamentos, medos e sentimentos, reconhecendo que o nosso entorno social produz estereótipos, desigualdades, violências, dificuldades em trabalhar com a questão de gênero e também em garantir os direitos da criança e do adolescente.

Durante o percurso desse trabalho com as meninas, observamos que nossa presença ao lado delas em diversos espaços da comunidade propiciou maior diálogo com profissionais da rede de atendimento à criança e ao adolescente, possibilitando intervenções conjuntas em determinadas situações. Já construímos histórias mais bem cuidadas em locais diversificados (hospitais, delegacias, escolas, repartições públicas em geral, etc) quando o discurso técnico incitou um olhar menos cristalizado e preconceituoso em relação à jovem em situação de risco.

Um exemplo claro de importância da implicação do acompanhante na interlocução com os atores sociais da rede, realizando intervenções concretas nos dispositivos sociais que provoquem a crítica, se faz perceptível no acompanhamento abaixo descrito:

- Lia participa do projeto há cerca de três anos, tem 15 anos e desenvolveu um vínculo forte com os profissionais e com alguns jovens. Vem ao Camará para participar de várias atividades (Coral, Dança, Assembléias, Oficina de Vídeo, saídas culturais), mostrando-se cada vez mais responsável em seus compromissos. Lia sofre frente aos graves problemas familiares, problemas estes que justificam sua situação de extremo risco e atual condição de abrigo. Em muitos momentos nos permite acompanhá-la em situações difíceis (assassinato do namorado, conflitos no abrigo, incompreensão materna, direitos violados, internação médica, intensa impulsividade) como também compartilhar momentos descontraídos e engraçados. Lia apresenta em seu percurso escolar várias interrupções por não se adaptar às regras da instituição, mas no início deste ano, por sentir-se mais fortalecida, decidiu investir nos seus estudos, podendo pensar em planos para o futuro. Combinamos que estaríamos muito próximos para ajudá-la a estudar e a enfrentar momentos complicados. Ficamos surpresos ao constatar que nenhuma escola municipal aceitou sua matrícula. Mesmo com a solicitação formalizada pela Secretaria de Educação, foi-lhe oferecido apenas o Centro de Suplência, à noite, com adultos, o que para nós se configurava como uma alternativa

inadequada. Levamos a situação ao conhecimento da Promotoria da Infância e Juventude e, sob sua orientação e apoio, tratamos novamente com a Secretaria de Educação. Conseguimos uma vaga em período matutino, apresentando como justificativa sua participação no Camará. No dia da matrícula, a diretora expôs para Lia e para a acompanhante inúmeras restrições e receios, demonstrando muita insegurança para recebê-la como aluna e o desejo de não efetuar a matrícula. Conversaram sobre suas dificuldades no convívio escolar mas também foi possível apresentar suas aptidões, reveladas pela participação nas atividades do Camará.

A acompanhante sugeriu um trabalho em parceria, entre a escola e o Camará, com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento da adolescente, evitando a exclusão. Lia verbalizou sua intenção de se dedicar ao processo escolar, em buscar auxílio e diálogo, e comentou que algumas atividades do projeto também poderiam ser importantes para a escola. Discutindo sobre as regras da instituição soubemos que para participar das aulas de Educação Física seria necessário usar uma bermuda específica. Lia perguntou se uma costureira poderia confeccioná-la e falou sobre nossa Oficina de Costura. Dessa conversa resultou a possibilidade de uma encomenda do uniforme da escola à Oficina de Costura do Camará. Aceitando nosso convite a diretora visitou o Camará, ficando entusiasmada com outras possibilidades de intercâmbio entre a produção de nossos jovens e diversas necessidades da escola (mosaicos para os muros, projeto paisagístico para jardins, formação de grêmio estudantil).

Tudo isso fez com que Lia fosse vista de outra forma, o que a permitiu sentir-se respeitada e com desejo de respeitar a escola. Na reunião bimestral a acompanhante foi informada de que Lia não apresentou problemas de comportamento e obteve notas regulares, demonstrando criatividade e interesse em participar e colaborar com algumas atividades. Sua identidade de estudante vem sendo reconstruída, o que é imprescindível para sua auto-estima, para o reconhecimento de seus potenciais, valor pessoal e social. Há agora outro registro em sua história, que ao contrário do fracasso é a conquista, o sentimento de pertencimento e a possibilidade de fazer outros vínculos saudáveis e mais seguros. Lia apresenta mais tranquilidade em suas relações e enxerga outro sentido na escola.

Identificamos o acompanhamento como estratégia de grande potencial que nos permite conhecer os diversos aspectos da subjetividade das meninas em situação de risco, extremo risco e exploração sexual, e disparar cuidados que objetivam restabelecer a integridade biopsicossocial. Essa aproximação que o acompanhamento oferece propicia continência para o reconhecimento e enfrentamento das questões que as afetam (abuso sexual, convivência com aliciadores, exclusão social, etc) e para a elaboração de novos projetos de vida, contribuindo para a transformação de seus lugares sociais.

Podemos verificar esse potencial transformador na história de vida de algumas adolescentes, tendo como exemplo a história de Letícia, de 16 anos, envolvida com a exploração sexual. Aproximou-se de nós no ano passado por intermédio de uma amiga. Muito tímida, extremamente desconfiada, pouco comunicativa, com uma expressão muito séria. Curiosa por entender aquele aglomerado de jovens que transitavam pelo projeto, que conversavam, realizavam atividades e confiavam em nosso apoio. Não gostava de estar perto de muitas pessoas, alegando que estar em grupo lhe causava dor

de cabeça, tontura e náusea, pois “*falavam muitas palavras*”. Acreditava que todas as pessoas a olhavam de forma depreciativa, num constante convite para a briga: “*Aquele ali tá me tirando, me regulando. Não quero nem saber*”.

Letícia gradativamente nos compartilhou sua rotina na exploração sexual, revelando que este fenômeno é corriqueiro na favela onde mora e que muitas meninas lançam mão do programa para comprar roupas ou convites para o baile. Ir em dupla ou trio para a residência de um homem mais velho ou aceitar um passeio de carro são coisas comuns. Falou também das mortes no tráfico de drogas e, aos poucos, nos permitiu cuidar com ela da elaboração do luto do assassinato de seu namorado, de um estreitamento da relação familiar, de sua defasagem escolar, da ida à delegacia para denunciar agressão física por parte de um aliciador, do início de seu tratamento clínico, ginecológico e odontológico e até a sua participação mais organizada na Oficina de Dança e de Produção Artesanal, com possibilidades futuras de geração de renda.

Hoje Letícia está em um abrigo por ter se envolvido numa rede de exploração sexual que causou muitos problemas a ela e a sua família. Está aprendendo a se relacionar com o próprio corpo de outra maneira, pois no momento não deseja realizar programas. Letícia é querida por muitos jovens, se permite sorrir, namorar, brincar, esbravejar, reconhecer suas dificuldades e limites, expressar seus sentimentos e até participar de apresentações públicas de Dança (em escolas, conferências, eventos de dança) recebendo diversos olhares, olhares estes respeitosos e admirados, que enxergam uma adolescente em formação, buscando caminhos para a sua vida. É a conquista de um novo lugar social.

São Vicente, novembro de 2003.

* LUMENA CELI TEIXEIRA - mestre em Psicologia Social pela PUC-SP, supervisora e professora universitária; co-fundadora da ong, coordena projetos e o Núcleo de Pesquisa do Camará. E-mail para contato: projetocamara@ig.com.br.

* ELIZABETE BORGES DE NOVAES - psicóloga, agente de saúde e acompanhante terapêutica do Camará.

BIBLIOGRAFIA

- FREITAS, Maria de Fátima Q. de (2002) - Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária - Práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil. In CAMPOS, Regina H. de F. (org) - **Psicologia Social Comunitária - da solidariedade à autonomia**. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ.
- FREITAS, Maria de Fátima Q. de (2003) - Práxis e ética na Psicologia Social Comunitária: possibilidades de transformação social na vida cotidiana. In PLONER, Katia S.; MICHELS, Lisia R.F.; SCHLINDWEIN, Luciane M.; GUARESCHI, Pedrinho A (orgs) - **Ética e Paradigmas na Psicologia Social**. ABRAPSO Sul, Porto Alegre, RS.
- LEAL, Maria Lúcia Pinto (1999) - **Exploração Sexual Comercial de meninos, meninas e de adolescentes na América Latina e Caribe: Relatório Final – Brasil**. CECRIA, UNICEF, CESE, Ministério da Justiça, Visão Mundial, Instituto Interamericano del Niño. Brasília, DF.
- SILVA, Rosane Neves (2003) - Ética e paradigmas: desafios da psicologia social contemporânea. In PLONER, Katia S.; MICHELS, Lisia R.F.; SCHLINDWEIN, Luciane M.; GUARESCHI, Pedrinho A (orgs) - **Ética e Paradigmas na Psicologia Social**. ABRAPSO Sul, Porto Alegre, RS.
- STREY, Marlene N. e outros (1999) - **Psicologia Social Contemporânea**. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ.
- TEIXEIRA, Lumena Celi (2001) – **O Outro Lado do Espelho – A exploração sexual sob o olhar de adolescentes prostituídas**. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, PUC, SP.
- _____ (2002) - **Pegadas e Sombras: perfil psicossocial de adolescentes atendidas em projeto de prevenção e enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil**. Caderno de Pesquisa nº 1, Ed. Limiar & Camará, SP.
- _____ (2003) - Sentido subjetivo da exploração sexual para uma adolescente prostituída. In OZELLA, Sérgio (org) - **Adolescências construídas - a visão da psicologia sócio-histórica**. Cortez, SP.
- VAZ, Marlene (1997) – A Situação do Abuso Sexual e da Exploração Sexual Comercial Contra Crianças e adolescentes no Brasil. In: COSTA, João de Jesus da (coord) – **Rompendo o Silêncio**. Seminário Multiprofissional de Capacitação Sobre Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. CEDECA/ Procuradoria da Justiça. São Luis, MA.
- VIGOTSKI, L. S. (1996) - **Teoria e Método em Psicologia**. Martins Fontes, SP.